

Brasil pode rever o acordo da dívida

As constantes elevações da taxa de juros (**prime rate**), nos Estados Unidos, estão impondo prejuízos ao Brasil que poderá ser obrigado a transferir, este ano, maior volume de recursos aos credores internacionais, contribuindo para aprofundar a recessão econômica. Tal fato joga por terra todos os benefícios eventuais que o País obteve no âmbito do acordo negociado com os banqueiros, no ano passado. As negociações trouxeram um alívio financeiro para o serviço da dívida de 400 milhões de dólares, mas a simples elevação das taxas de juros nos últimos 12 meses, de 3 a 4 pontos percentuais impôs um prejuízo de 1,5 bilhão de dólares.

O resultado final foi, portanto, um prejuízo adicional de 1,1 bilhão de dólares no balanço de pagamentos. A continuar essa situação de deterioração financeira, provocada pela estratégia econômica colocada em prática pelo governo George Bush, dos Estados Unidos, para combater a inflação norte-americana, restará ao governo brasileiro como única alternativa rever novamente o acordo com os credores, como está previsto.

Este foi o quadro conjuntural exposto ontem pelo ministro Sérgio Amaral, secretário da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda, aos integrantes da Comissão da Dívida Externa do Senado, depois de retornar dos Estados Unidos. Amaral negociou com o comitê dos bancos credores a suspensão, em 1989, dos reemprestimos (**relending**) que os bancos têm depositado no Banco Central e a desvinculação do desembolso da segunda parcela de 600 milhões de dólares do acordo acertado com os credores no ano passado, da liberação do empréstimo de 500 milhões de dólares do Banco Mundial ao setor elétrico.

"O momento atual traz um certo paradoxo. De um lado, a transferência de recursos para efeito do serviço da dívida atingiu um nível intolerável. A drástica elevação da taxa de juros, nos últimos 12 meses, agravou o problema e mais do que compensou os ganhos obtidos nos diferentes acordos de reescalonamento. O resultado é que a situação de um bom número de países devedores, em particular na América Latina é de uma gravidade sem preceden-

tes", disse Sergio Amaral aos senadores. Após a reunião ele admitiu que o Governo poderá lançar mão da cláusula que prevê a possibilidade de alterações no acordo da dívida sempre que fatos novos, fora do alcance do país devedor, impliquem imposição de prejuízo à sua economia. O Governo se armou, assim, para evitar a repetição das trágicas consequências provocadas, no início da década de 80, pela brutal elevação da taxa de juros (**prime rate**), responsável pelo violento desequilíbrio no balanço de pagamentos do País e pela imposição de severa recessão, que se prolongou nos anos seguintes.

FMI

Além das dificuldades que o País está enfrentando com a elevação da taxa de juros, outras poderão surgir a partir de abril, quando o Governo cobrar dos banqueiros a liberação da terceira parcela do empréstimo de 600 milhões, para completar a totalidade do empréstimo de 5,2 bilhões de dólares negociado no ano passado. O problema é que, para a liberação dessa parcela, o Brasil terá que ter o aval do Fundo Monetário Internacional relativo ao comportamento da economia no período de setembro a dezembro do ano passado. Sérgio Amaral admitiu que o País poderá pedir perdão *waiver* ao Fundo para obter dos bancos o dinheiro, processo esse que demandará atraso na liberação deste, a exemplo do que está ocorrendo para a liberação da segunda parcela dos 600 milhões de dólares, que deveria ter sido liberada em janeiro, mas até agora está pendente.

O secretário da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda destacou que a sua missão em Nova Iorque encerrada esta semana, foi coroada de êxito, na medida em que o Governo conseguiu alcançar os dois objetivos a que se propôs. O primeiro, suspender por um ano os reemprestimos (**relending**) que os bancos têm depositados no Banco Central. Ficou combinado que os bancos poderão reemprestar somente 200 milhões de dólares em novembro e dezembro, como estava previsto no acordo do ano passado. E o segundo objetivo alcançado foi a desvinculação do acerto com o

Banco Mundial da liberação do empréstimo de 600 milhões de dólares pelos bancos particulares.

Quanto ao **relending**, o argumento levantado pelo Governo diz respeito à necessidade de evitar pressões inflacionárias sobre a economia e preservar o Plano Verão. A permissão para utilização do **relending** impõe a necessidade de emissão de moeda, o que pressiona a base monetária, na medida em que o Governo tem que transformar em cruzados novos os dólares correspondentes aos recursos dos bancos depositados no Banco Central. Mas se por um lado foi suspenso por um ano o **relending**, por outro o Governo permitiu a continuidade da sua prática por parte do setor público, principalmente através das empresas estatais, porque entende que a operação em relação a elas não implica pressão inflacionária, já que não exigiria do Tesouro emissão de moeda, mas apenas um acerto contábil intragoverno, ao contrário do que aconteceria com as empresas privadas, que necessitam da moeda para fazer a operação financeira com o seu credor.

FRANCIONADO

A comunicação que o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, e o presidente do Banco Central, Elmo Camões, encaminharam ontem à comunidade financeira internacional reconhece que a negociação com o Banco Mundial para a liberação do empréstimo de 500 milhões de dólares ao setor elétrico está difícil de ser concretizada. Outra forma de liberação desse montante está sendo negociada via outras aprovações da diretoria, informa o comunicado, o Governo reivindica apoio formal para a substituição do empréstimo ao setor elétrico por outros empréstimos do Banco Mundial, no contexto do acordo de co-financiamento com os bancos comerciais.

O comunicado do Ministro faz um balanço otimista do Plano Verão, destaca que o Governo está colhendo resultados positivos no combate à inflação e ao déficit público, ao mesmo tempo em que está mantendo controle sobre o abastecimento, através do congelamento de preços e salários. Não dá, contudo, nenhuma pista sobre até quando ele vai mantê-lo.